



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

YANCA VIRGÍNIA ARAÚJO SILVA

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL
NOS ANAIS DO XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM
SERVIÇO SOCIAL/ENPESS**

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

YANCA VIRGÍNIA ARAÚJO SILVA

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL
NOS ANAIS DO XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES/AS EM
SERVIÇO SOCIAL/ENPESS**

Trabalho de Conclusão de Curso, Monografia, apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Barros da Nóbrega

**CAMPINA GRANDE-PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586p Silva, Yanca Virginia Araujo.
A produção científica sobre os fundamentos do Serviço Social nos anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadores(as) em Serviço Social (ENPESS) [manuscrito] / Yanca Virginia Araujo Silva. - 2019.
59 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.
"Orientação : Profa. Dra. Mônica Barros da Nóbrega, Departamento de Serviço Social - CCSA."
1. Serviço Social - Brasil. 2. Fundamentos da profissão. 3. Produção científica. I. Título

21. ed. CDD 361

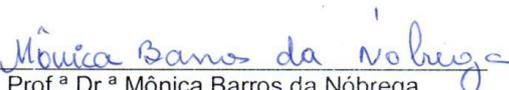
YANCA VIRGÍNIA ARAÚJO SILVA

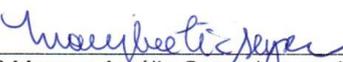
A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO
SOCIAL NOS ANAIS DO XV ENCONTRO NACIONAL DE
PESQUISADORES/AS EM SERVIÇO SOCIAL/ENPESS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social.

Aprovada em: 14/08/2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dr.^a Mônica Barros da Nóbrega
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Orientadora


Prof.^a Dr.^a Moema Amélia Serra Lopes de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora


Prof.^a Ms.^a Thereza Karla de Souza Melo
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
Examinadora

Aos meus pais Sérgio e Adeilda, todo amor e gratidão que houver nessa vida, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

*E às vezes, quando os procuro, noto
que eles não tem noção de como me
são necessários, de como são
indispensáveis ao meu equilíbrio vital,
porque eles fazem parte do mundo
que eu, tremulamente, construí e se
tornaram alicerces do meu encanto
pela vida.*

Vinícius de Moraes

Primeiramente, agradeço ao meu bom Deus por ter me permitido chegar até aqui! Sem Ele, eu nada seria.

Agradeço ao meu pai Francisco Sérgio M. da Silva e a minha mãe Adeilda de Araújo Silva, meus maiores incentivadores e exemplos de seres humanos, por não medirem esforços para que eu chegasse até aqui.

Aos meus amados irmãos, Sérgio Júnior, Yana Priscila e Yara Synthia, e ao meu noivo Ariel Moraes Jr., por todo o apoio, os maiores e melhores torcedores nesta caminhada. Obrigada por acalmarem meu coração nos momentos mais difíceis, por nunca terem me deixado desistir, por terem chorado comigo e, principalmente, pelos puxões de orelha nos momentos certos.

A toda minha família e amigos, em especial, Francisca (Madrinha), Raenilson e Thiago Moraes que de alguma forma me ajudaram direta ou indiretamente nesta jornada.

À minha doce e paciente professora Mônica Barros da Nóbrega pelas experiências e conhecimentos compartilhados durante os dois anos de PIBIC que se somaram à orientação deste trabalho.

Às professoras Cleomar Campos, Moema Serpa, Patrícia Crispim, Noalda Ramalho e Alessandra Ximenes, pelas reflexões e pela troca de conhecimento ao longo da graduação.

A todos os professores que fazem parte do Departamento de Serviço Social da UEPB, pela dedicação e conhecimento compartilhado e a técnica administrativa Lourdes pela atenção e alegria com que desempenha seu ofício.

Às colegas da graduação, Lucelma Gomes e Ana Lídia pelo companheirismo, em especial, a Rayanne Marques, amiga que o Serviço Social me deu e que levarei sempre comigo, com quem pude compartilhar as tristezas e as alegrias.

Aos membros da banca, professoras Dr.^a Moema Amélia Serpa Lopes de Souza e Prof.^a Ms.^a Thereza Karla de Souza Melo pelas significativas contribuições e valiosas críticas para o enriquecimento deste trabalho.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente estiveram em meu caminho nesses quatro anos de caminhada.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais,
humanamente diferentes e totalmente livres.”

Rosa Luxemburgo

RESUMO

O trabalho ora apresentado é produto das reflexões oriundas da pesquisa intitulada **“TENDÊNCIAS MAIS SIGNIFICATIVAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO ACERCA DOS FUNDAMENTOS DA PROFISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE”**, cujo objetivo principal foi analisar as tendências da produção científica do Serviço Social brasileiro no que se refere à discussão dos Fundamentos da profissão na atualidade. Como objetivos específicos: identificar o que vem sendo priorizado pelos pesquisadores da área sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade e apreender de que maneira estes Fundamentos vem sendo abordados na produção científica da profissão. Metodologicamente caracterizou-se como uma pesquisa bibliográfica e documental, fundamentadas no método crítico dialético, tendo como material empírico os trabalhos apresentados nos Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) , realizado no período de 04 a 09 de dezembro de 2016, em Ribeirão Preto /SP, em particular aqueles apresentados no eixo temático Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. No Universo de 52 (cinquenta e dois) trabalhos, 08 (oito) atenderam aos critérios estabelecidos previamente para a retirada da amostra. Para coleta de dados elaboramos um roteiro para leitura dirigida que permitisse extrair os elementos fundamentais para apreensão do objeto de estudo. Para a sistematização e análise crítico/analítica de todo o material coletado consideramos a importância de um processo permanente de aproximações sucessivas que possibilitasse desvendar as totalidades que constituem o contraditório universo do fenômeno estudado. Os resultados sugerem que sobre o debate dos Fundamentos do Serviço Social vêm sendo priorizados os estudos sobre a categoria trabalho, o trabalho do/da assistente social, a relação entre o Serviço Social e o método crítico dialético, a produção do conhecimento acerca dos fundamentos do Serviço Social e o projeto ético-político profissional. As análises são informadas pela perspectiva da totalidade histórica. Portanto, as tendências mais significativas da produção científica do Serviço Social brasileiro acerca dos Fundamentos da profissão na contemporaneidade são de uma parca produção que aborda diretamente os Fundamentos da profissão, uma ênfase conferida ao projeto ético-político profissional e o privilegio dado às análises baseadas na perspectiva de totalidade. Considerando que existe uma diminuta

produção científica sobre a temática, a pesquisa se justificou, pois trouxe à tona a necessidade de mais estudos referentes ao tema. Enfim, acreditamos que os achados aqui expostos poderão contribuir para o aprofundamento das discussões na agenda profissional acerca da temática, na medida em que buscou realizar uma aproximação qualificada ao objeto de pesquisa, possibilitando dar visibilidade a importância de estudos em torno do tema.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social. Fundamentos. Produção de Conhecimento.

ABSTRACT

The work presented here systematizes the results of the research entitled **“MOST SIGNIFICANT TRENDS OF SCIENTIFIC PRODUCTION OF THE BRAZILIAN SOCIAL SERVICE ABOUT THE FUNDAMENTALS OF PROFESSION IN CONTEMPORARYITY”**, whose main objective was to analyze the most significant trends in the scientific production of the brazilian social service about the fundamentals of profession in contemporary times. As specific objectives: identify what has been prioritized by researchers in the area about the brazilian social work fundamentals in contemporary times and learn how these fundamentals are being addressed in the scientific production of the profession. Methodologically it was characterized as a bibliographic and documentary research, based on the critical dialectical method, having as empirical material the works presented in the annals of the xv national meeting of researchers in social work (enpess), held from december 04 to 09 2016 in ribeirão preto / sp, in particular those presented in the thematic axis social work: fundamentals, training and professional work. In the universe of 52 (fifty-two) works, 08 (eight) met the criteria previously established for sample withdrawal. For data collection we elaborated a script for directed reading that allowed to extract the fundamental elements for apprehension of the object of study. For the systematization and critical / analytical analysis of all the collected material we considered the importance of a permanent process of successive approximations that could unveil the totalities that constitute the contradictory universe of the studied phenomenon. The results suggest that studies on the fundamentals of social work have been prioritized in the category work, the work of the social worker, the relationship between social work and the dialectical critical method, the production of knowledge about the fundamentals of social work. And the professional ethical-political project. The analyzes are informed by the perspective of historical totality. Therefore, the most significant trends of the brazilian social work's scientific production on the foundations of the profession in contemporary times are from a meager production that directly addresses the foundations of the profession, an emphasis given to the professional ethical-political project and the privilege given to analyzes based on perspective of wholeness. Considering that there is a small scientific production on the subject, the research was justified because it brought up the need for more studies on the subject. Finally, we believe that the findings

presented here may contribute to deepen the discussions on the professional agenda about the theme, as it sought to make a qualified approach to the research object, allowing to give visibility to the importance of studies on the subject.

KEYWORDS: Social Work. Fundamentals. Knowledge Production.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BM	Banco Mundial
CAPES	Cooperação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EAD	Ensino à Distância
EC	Emenda Constitucional
ENPSS	Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social
ESP	Escola Sem Partido
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FHTMSS	Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social
FMI	Fundo Monetário Internacional
GETRAPS	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social
IES	Instituições de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMC	Organização Mundial do Comércio
PSL	Partido Social Liberal
PDRE	Plano Diretor de Reformas do Aparelho do Estado
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	A ATUAL CRISE DO CAPITAL, SUAS EXPRESSÕES NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL, ESPECIALMENTE, NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA	18
2.1	A atual crise do capital e suas expressões no Brasil	18
2.2	Inflexões da crise capitalista no Serviço Social, particularmente na produção de conhecimento	30
3.	OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: tendências atuais destacadas na produção teórica da profissão	37
4.	TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NOS ANAIS DO XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES AS EM SERVIÇO SOCIAL	46
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é produto das reflexões oriundas da pesquisa intitulada **“TENDÊNCIAS MAIS SIGNIFICATIVAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO ACERCA DOS FUNDAMENTOS DA PROFISSÃO NA CONTEMPORANEIDADE”**, vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/ UEPB/CNPq, cota 2017- 2018.

A referida pesquisa teve como objetivo geral analisar, na produção científica do Serviço Social brasileiro, as tendências mais significativas sobre os Fundamentos da profissão na contemporaneidade e como objetivos específicos identificar o que vem sendo priorizado pelos pesquisadores da área sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade; e apreender de que maneira estes Fundamentos vem sendo abordados na produção científica da profissão.

O tema da investigação que ora apresentamos os seus resultados está inserido nos estudos realizados pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Proteção Social/GETRAPS, do Departamento de Serviço Social/UEPB, que fomenta as discussões e investigações desenvolvidas na Graduação e na Pós-Graduação em Serviço Social, na linha de pesquisa sobre Serviço Social, Estado, Trabalho e Política Social.

Metodologicamente a pesquisa caracterizou-se como bibliográfica e documental, tendo como material empírico os trabalhos apresentados nos Anais do XV Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social (ENPESS) , realizado no período de 04 a 09 de dezembro de 2016, em Ribeirão Preto /SP, no qual foram celebrados os 80 anos do Serviço Social no Brasil, os 20 anos das Diretrizes Curriculares e os 70 anos da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o que motivou a escolha pela investigação. Foi desenvolvida à luz do método crítico dialético, tendo como propósito revelar a dinâmica do movimento entre a aparência e a essência do objeto de estudo. Logo, o que buscamos foi à apreensão do objeto na totalidade de relações que o determina, na tentativa de reproduzir aproximativamente, no âmbito do pensamento, a riqueza e complexidade do movimento do real. Portanto, como totalidade social rica em determinações e contradições, típicas de um determinado processo histórico que se desenvolve com o protagonismo dos sujeitos sociais.

Para tanto, foi realizado um amplo levantamento bibliográfico das fontes que constituíram o aporte teórico da pesquisa, reuniões sistemáticas para planejamento das etapas a serem desenvolvidas, bem como estudos e discussões de temáticas pertinentes ao objeto de estudo.

No que tange à definição da amostra, realizamos um levantamento dos trabalhos apresentados nos Anais do XV ENPESS, priorizando as comunicações orais de autoria de doutores e/ou doutorandos, considerando o possível aprofundamento teórico necessário à análise crítica da totalidade do real, apresentados no eixo temático “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional”. Do total de trabalhos mapeados, ou seja, 1031 (mil e trinta e um) identificamos 52 (cinquenta e dois) artigos com ênfase no eixo supracitado, e destes, apenas 08 (oito) atenderam aos critérios da investigação, ou seja, são de autoria de doutores e/ou doutorandos, compondo assim a nossa amostra.

Em seguida, elaboramos um roteiro de leitura para coleta de dados, com posterior agrupamento do seu conteúdo a partir de eixos norteadores orientados pelos objetivos da pesquisa.

Para a sistematização e análise crítico/analítica pormenorizada de todo o material coletado, consideramos os elementos historicamente mais importantes, as conexões existentes entre esses elementos e a identificação dos elos fundamentais que efetuam a mediação entre a essência e a aparência do fenômeno em pauta. Enfim, para a apreensão do objeto de estudo foi imprescindível um processo permanente de aproximações sucessivas que possibilitasse desvendar as totalidades que constituem o contraditório universo do referido objeto de estudo.

Portanto, partimos dos seguintes questionamentos, os quais nortearam toda a investigação: o que vêm sendo priorizado pelos pesquisadores da área sobre os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade? De que maneira estes fundamentos vem sendo abordados na produção científica da profissão? Enfim, quais as tendências mais significativas da produção científica do Serviço Social brasileiro acerca dos fundamentos da profissão?

Sob a perspectiva marxista que consiste, segundo Netto (1992, p. 30), em “partir do empírico (os fatos), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo esse processo”, consideramos como pressuposto que os Fundamentos do Serviço Social brasileiro só podem ser

entendidos no movimento histórico da sociedade, em particular, no contexto atual de crise estrutural do capital e suas diversas manifestações econômicas, políticas, sociais, culturais e ideológicas, que exige do conjunto das profissões um repensar das suas práticas e dos seus Fundamentos.

É consensual que as transformações societárias ora em curso no país incidem sobre as condições objetivas e subjetivas da vida e das profissões, alterando níveis e formas de resistências, provocando maior aprofundamento dos problemas sociais. É nesse cenário de crise que o Serviço Social é chamado a intervir nas expressões da “questão social¹” e a entender, principalmente, as expressões ideoculturais presentes hoje, no interior da profissão, com foco especial para àquelas relacionadas aos seus Fundamentos.

Os Fundamentos do Serviço Social não gozam de consenso entre os diversos autores que tratam do tema. Existe um debate acerca da compreensão do seu significado, bem como, entre os diferentes e divergentes Fundamentos do Serviço Social (SANTOS, 2018). Em síntese, podemos ressaltar que, alguns estudiosos da área priorizam o debate sobre as matrizes do conhecimento que fundamentaram e também aquelas que fundamentam o Serviço Social brasileiro na atualidade. Outros, porém, ressaltam os Fundamentos éticos do Serviço Social e alguns enfatizam o método, a história e a teoria.

Os resultados aqui sistematizados portam grande relevância para a profissão e se justificam na medida em que poderá possibilitar maior visibilidade da produção teórica sobre os fundamentos da profissão, num contexto em que há um embate decisivo entre razão e desrazão, entre modernidade e neoconservadorismo de inspiração pós-moderna² que vem conquistando espaço no Serviço Social, fazendo-se necessário denunciar os fundamentos ideológicos e irracionais nos quais estão

¹ “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (CARVALHO e IAMAMOTO, 1996, p.77)”.

² De forma bastante simplificada, o que se pode depreender sobre a pós-modernidade, é que ela constituiu-se uma crítica à modernidade, orientada pela busca do repensar e da superação de alguns dos ideais modernos. Nas análises de Kumar, (1997, p. 79) “o “pós” de pós-modernidade é ambíguo. Pode significar o que vem depois, o movimento para um novo estado de coisas, por mais difícil que seja caracterizar esse estado tão cedo assim. Ou pode ser mais parecido com *post de post-mortem*: exéquias realizadas sobre o corpo morto da modernidade; é esse estado de reflexão. Neste caso, não há uma percepção necessária de um novo começo, mas apenas um senso algo melancólico de fim.

apoiados (GUERRA, 2010). Isto é, a busca pelos fundamentos das coisas, justifica-se, tendo em vista que, o ideário pós-moderno nega os essência dos fenômenos, valorizando a aparência, o imediato, o efêmero, o micro etc. Como ressalta Guerra (2010, p. 7), “há um revigoração de antigas polêmicas do pensamento ocidental, as quais são atualizadas à luz dos argumentos sobre a suposta crise dos projetos societários gestados na modernidade”.

Entendemos que o distanciamento ou até mesmo a negação dos fundamentos ontológicos da realidade incidirá sobre a profissão de modo a reatualizar o passado conservador (não muito distante), incorrendo num inevitável retrocesso histórico.

O interesse pela sistematização dos resultados da citada pesquisa neste Trabalho de Conclusão de Curso, adveio do interesse em dar visibilidade ao tema dos Fundamentos, visto que este não tem sido privilegiado no amplo leque temático da produção de conhecimento na área, como observado nas pesquisas anteriores realizadas nas teses³ de doutoramento, defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, no ano de 2013, intituladas “PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E SERVIÇO SOCIAL: a direção social em debate” e “PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO TEÓRICO NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: um estudo sobre as repercussões do ecletismo para a direção social do conhecimento produzido” vinculadas ao PIBIC/UEPB/CNPq, das cotas 2013/2014 e 2014/2015, bem como, em contribuir com o alargamento e aprofundamento do debate na agenda profissional, além da participação como membro do GETRAPS, do Departamento de Serviço Social da UEPB, que possibilitou o engajamento na pesquisa e nas atividades e debates realizados sobre a temática.

Desse modo, esta monografia intenciona contribuir teoricamente para o debate na agenda profissional acerca dos Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, na medida em que propiciará um repensar da própria profissão, bem como, estimular novos estudos sobre a temática em questão.

³ Nessas experiências foi possível constatar uma diversidade de temas que vem circunscrevendo o interesse dos pesquisadores na área de Serviço Social, o que denota, pois, a intensa interlocução da profissão com o movimento da sociedade, permitindo compreendê-la densa de historicidade (IAMAMOTTO, 2007). No amplo arco de temas priorizado na produção teórica do Serviço Social, foi possível identificar que no conjunto dessa produção as políticas públicas lideram em termos de número de teses, em especial as políticas sociais, espaço em que se inscreve majoritariamente a atuação do assistente social. Em seguida comparece o Serviço Social, com temas que versam sobre a formação profissional, o projeto ético-político profissional, o ensino da pesquisa e a desregulamentação do mercado de trabalho e seus impactos no Serviço Social.

Os resultados desse percurso investigativo foram condensados nesta monografia, que está estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo, buscaremos discutir, de maneira sucinta, sobre a atual crise do capital e suas expressões no Brasil e as implicações para o Serviço Social, em particular, na produção de conhecimento na área. No segundo capítulo discutiremos o Serviço Social na realidade brasileira e os seus Fundamentos. No terceiro e último capítulo, apresentaremos os resultados da citada pesquisa e, por fim, teceremos algumas considerações sobre o tema, seus limites e possibilidades nos marcos da produção do conhecimento na área do Serviço Social.

2. A ATUAL CRISE DO CAPITAL, SUAS EXPRESSÕES NO BRASIL E AS IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL, ESPECIALMENTE, NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA ÁREA.

2.1 A atual crise do capital e suas expressões no Brasil

Pensar o Serviço Social brasileiro na atualidade, em especial, os seus Fundamentos requer, inicialmente, apreender a real dimensão da crise capitalista em curso, suas principais expressões nas esferas econômica, política e social, bem como, as principais repercussões nos campos do conhecimento, das ideais e dos valores.

Isso nos leva a considerar o contexto das transformações societárias operadas nas últimas três décadas do século XX que vieram sedimentar uma nova fase do modo de produção capitalista. Fase esta que emerge visivelmente no curso dos anos 1970, embora já sinalizada na década anterior, designada por alguns autores de referência como crise estrutural (MÉSZÁROS, 2002) e sistêmica (NETTO, 2012), revelando inflexões significativas que atingem as várias esferas da sociedade.

De acordo com Mézáros (2002), esta crise caracteriza-se, na sua essência, por seu caráter global, de alcance mundial e de extensa duração. Tais traços decorrem do intenso processo de mundialização, que viabilizou ao capital alcançar os mais remotos recantos do mundo.

Para responder a este novo quadro, inicia-se um movimento em busca de saídas para a crise, tendo como eixo norteador a flexibilidade em contraposição à rigidez do fordismo - que, até então, configurava a forma de organização hegemônica do processo de trabalho - caracterizado por três principais frentes, a saber: 1) investimentos em capitais especulativos, haja vista o não envolvimento direto com a produção, cujo rendimento se dá pela sua liquidez e mobilidade em tempo real; 2) reestruturação industrial, a partir de inovações tecnológicas e organizacionais poupadoras de mão-de-obra surge à busca pelo consenso entre as classes, além de se repor antigas formas de exploração escondidas e; 3) modificações no padrão de regulação estatal através da ideologia neoliberal⁴,

⁴ Para Netto e Braz (2006, p 226), “o que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma

visando à implementação da flexibilidade do trabalho e, conseqüentemente, a liberdade do capital. (SANTOS, 2007).

O impacto dessas transformações operadas a partir de 1970 repercute diretamente nas várias esferas da sociedade. No mundo do trabalho, por exemplo, vem provocando progressiva e crescente reordenação. Isso se dá em razão da incorporação do novo regime de acumulação flexível e a desregulamentação do trabalho, que combina o incremento de novas tecnologias do trabalho com as novas modalidades de organização e de participação do trabalho no processo produtivo ocasionando a redução do trabalho formal e, conseqüentemente, o aumento do trabalho informal — terceirização, precarização, subcontratação, vínculos temporários.

Para Harvey (1992, p.143-144)

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. [...] O propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com freqüência muito específicas de cada empresa. Mesmo para os empregados regulares, sistemas como “nove dias corridos” ou jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução da demanda, vêm se tornando muito mais comuns.

Em conformidade, Netto (2012, p. 417) ressalta que, de fato, o chamado “mercado de trabalho” vem passando por radical reestruturação. Segundo este autor, todas as inovações operadas nesse contexto de crise levam à precarização das condições de vida da força de trabalho: “a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da “informalidade””.

O que se observa é a centralidade na flexibilização das relações de trabalho, com base na desresponsabilização estatal devido às constantes investidas nos direitos conquistados nas décadas anteriores à recessão. Para Antunes (1998, p. 36) isso resultou numa nova “[...] divisão dos mercados, o desemprego, a divisão

concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na idéia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado).”.

global do trabalho, o capital volátil, o fechamento de unidades, a reorganização financeira e tecnológica.”.

No nível social, essas transformações podem ser verificadas na própria estrutura de classes da sociedade burguesa, como a eversão e até mesmo o desaparecimento de antigas classes sociais; modificações no perfil demográfico das populações sejam em razão das taxas de crescimento, seja do aumento da média de vida; com a expansão urbana; com o crescimento das atividades de serviços e, com isso, à difusão da educação formal; novos circuitos de comunicação social, dentre outros fatores. (NETTO, 2012).

No que se refere à cultura, Netto (2012, p. 419) afirma que os traços mais significativos estão na “*translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (criação/produção, divulgação, fruição/consumo)*”, ou seja, a incorporação das características típicas da mercadoria, e o “desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos *meios eletrônicos* (a televisão, o vídeo, a multimídia)”. Para ele, apesar de a sociedade burguesa contemporânea estar longe de ser, legitimamente, uma “sociedade de consumo”, a cultura que se afirma na atualidade é uma cultura do consumo.

Sob este prisma, o autor supracitado ressalta que “a imediaticidade da vida social planetariamente mercantilizada ganha o estatuto da realidade” propiciando, assim, uma desqualificação entre a aparência e a essência. A realidade, nesse sentido, é apreendida pela ótica da ideologia pós-moderna, onde o efêmero, o molecular, o descontínuo, se torna “a pedra de toque da nova “sensibilidade”: o *dado*, na sua singularidade empírica, desloca a totalidade e a universalidade, suspeitas de “totalitarismo”.” (NETTO, 2012, p. 420).

Notadamente, a cultura pós-moderna cumpre o seu papel nesse contexto corroborando com o pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, uma vez que, sua base reconhece regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais à manutenção da ordem capitalista e, por outro lado, atesta como ilegítimas/ultrapassadas as ideias e práticas que indicam uma direção contrária.

Já no plano político, as habituais expressões e representações das classes subalternas experimentam crises visíveis, ao passo que “novos sujeitos coletivos” e novos movimentos sociais emergem no seu espaço (NETTO, 2012). Neste âmbito, verificam-se também transformações nas classes sociais com o processamento da urbanização, a “dessindicalização”, assim como, a fragmentação do proletariado.

O Estado, mantendo o seu caráter de classe, também experimenta um redimensionamento, especialmente no que se refere à sua capacidade reguladora, como já fora destacado. Fato este que tem provocado repercussões negativas, especialmente no que tange as políticas sociais, as quais sofrem um verdadeiro desmonte com a implantação do projeto neoliberal, pelas vias da privatização e focalização. Para Netto (2012), a desqualificação do aparelho estatal se configura pela defesa do “Estado mínimo” para as políticas sociais, ao passo que, se pretende, fundamentalmente, “o Estado máximo para o capital”.

Vale ressaltar que, segundo o autor supracitado, “nenhuma dessas transformações modificou a essência exploradora da relação capital/trabalho; pelo contrário, tal essência, conclusivamente planetarizada e universalizada, exponencia-se a cada dia.” (NETTO, 2012, p. 224). Ou melhor dizendo, “as transformações societárias aqui assinaladas configuram uma série de inequívocas vitórias do grande capital”. (NETTO, 2012, p. 223).

Os efeitos nefastos da crise do capital alicerçados à reestruturação, à flexibilização e ao projeto neoliberal, se espalharam em âmbito mundial provocando repercussões as mais diversas. Os países latino-americanos de industrialização tardia, como é o caso brasileiro, não escaparam a esta realidade, no entanto, processaram-se considerando as especificidades da sua formação sócio histórica.

Na particularidade brasileira, essa crise assumiu níveis ainda mais desastrosos. Isto se deu, segundo Netto (2015), devido a um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista, que compõe a sua formação social, o *caráter conservador da modernização*, que consiste, precisamente, na não realização de transformações estruturais que, noutras formações, a exemplo das experiências euro-ocidentais, constituíram as suas pré-condições.

Para o autor supracitado, na constituição do capitalismo brasileiro, o que ocorreu foi a conservação de características que vão se emoldurando no lugar da sua superação. Nesse sentido, aquilo que se pretendia “novo” (o desenvolvimento capitalista), se reconfigura, porém “mediante a sua contínua *reposição* em patamares mais complexos, funcionais e integrados”. (NETTO, 2015, p. 18).

Outra característica da formação social do capitalismo brasileiro que merece destaque são os *processos de “revolução passiva”* (NETTO, 2015). Tal peculiaridade se expressa em:

uma recorrente exclusão das forças populares dos processos de decisão política: foi próprio da formação social brasileira que os segmentos e franjas mais lúcidas das classes dominantes sempre encontrassem meios e modos de impedir ou travar a incidência das forças comprometidas com as classes subalternas nos processos e centros políticos decisórios. A socialização da política, na vida brasileira, sempre foi um processo inconcluso [...]. Por dispositivos sinuosos ou mecanismos de coerção aberta, tais setores conseguiram que *um fio condutor costurasse a constituição da história brasileira: a exclusão da massa do povo no direcionamento da vida social* (NETTO, 2015, p. 18-19).

Este traço da particularidade brasileira provoca a fragilidade e a vulnerabilidade dos mecanismos democráticos, uma vez que retira da cena política forças comprometidas com as classes subalternas dos processos decisórios, como salienta o autor supracitado, o que contribuiu em larga escala com a “modernização conservadora”. Para Santos (2010), isto implica na parcialidade de mudanças ocorridas no processo de modernização capitalista brasileiro (e que se faz presente na atualidade), o que acarreta uma estratégica antecipação das classes dominantes aos movimentos reais ou potenciais das classes subalternas.

Atreloadas a essas particularidades da formação social do capitalismo brasileiro, está também a sua condição própria de dependência e subalternidade ao capital internacional, que desde a sua constituição lhe tem sido funcional, resultado da herança de sua formação sócio histórica, cuja economia se assentava, essencialmente, na exportação e no fornecimento de produtos primários para os países de economias centrais. Este fato, segundo Prado Júnior (2008), tornará o Brasil suscetível à penetração do capital financeiro internacional, no estágio de seu desenvolvimento e, de forma imediata, fará sem resistência alguma, como já destacado.

De certo, a crise capitalista no Brasil vai se expressar a partir dos anos 1990, logo após a redemocratização do país e a outorga da Constituição Federal de 1988, provocando sérias desregulamentações sob a orientação do Consenso de Washington⁵ e de organismo internacionais, a exemplo do Banco Mundial (BM), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁵ O Consenso de Washington ocorreu em 1989, na cidade de Washington, de onde saiu um conjunto de recomendações, tendo como objetivo estabelecer metas para implementação da política neoliberal nos diversos países da América Latina e, dentre eles o Brasil. Tais metas previam o estabelecimento de uma disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, abertura comercial, privatização das estatais; desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas, entre outros aspectos (BEHRING, 2008).

A ideologia neoliberal, que já vinha sendo disseminada nos países de capitalismo central desde a década de 1970, para responder a necessidade de superação da crise que se instalou em nível mundial, chega ao Brasil por intermédio do governo Collor de Mello (1990-1992), ganhando materialidade no governo de Fernando Henrique Cardoso- FHC (1995- 2003), com a elaboração do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRE), pelo então Ministro Bresser Pereira. Este plano resultou em uma série de medidas a serem perseguidas pelo Estado, com vistas ao enfrentamento da instabilidade econômica e política vivenciada — em detrimento dos avanços sociais, que impediam o desenvolvimento econômico do país conforme sinalizara o seu idealizador (BEHRING, 2008).

Alves (2000) destaca que, no caso brasileiro, a nova estrutura produtiva se dará, sobretudo, por meio da reorganização do trabalho do que propriamente pela incorporação de novas tecnologias. Para ele, esta reorganização conformará uma intensificação das condições de exploração da força de trabalho, visto que, ao passo que haverá a eliminação massiva de postos de trabalho, ocorrerá o aumento dos indicadores de produtividade.

O PDRE, em sucintas palavras, coloca em cena o processo de privatização, ao mesmo tempo em que delega para o setor privado alguns serviços essenciais de responsabilidade estatal garantidos na Constituição de 1998, agravando as condições de vida e de trabalho da população brasileira, em especial, dos setores mais vulneráveis. O que se verificou, portanto, foi um verdadeiro desmonte dos direitos fundamentais, garantidos pela Constituição Federal- CF de 1988.

A reestruturação produtiva, o neoliberalismo e a pós-modernidade, dentre outros, implicaram/implicam uma série de retrocessos, via privatização, focalização/seletividade e descentralização, aos avanços conquistados a duras penas pelos trabalhadores, que vinham se processando com a promulgação da Constituição Federal de 1988, cada um cumprindo uma função essencial ao soerguimento do capitalismo.

As estratégias utilizadas pelo capital na tentativa de superação da crise vêm perdurando até atualidade com algumas diferenciações particulares de cada conjuntura, que passaram/passam a operar diversas “reformas”⁶ no âmbito das

⁶ O termo “reforma”, segundo Behring (2008), parte de uma perspectiva fortemente ideológica da ideia reformista e ganhou sentido no debate do movimento operário socialista. Nesse sentido, a

políticas sociais, aprofundando cada vez mais o processo de mercantilização, especialmente, nas políticas de educação, saúde e previdência.

No que se refere à política de educação, particularmente a superior, por exemplo, a contrarreforma sob a égide do neoliberalismo se expressa via privatização/mercantilização dos serviços, por hora delegados ao setor privado como estratégia do capital de recuperação das suas altas taxas de lucros, e na consequente precarização do ensino público.

No governo de FHC, segundo Lima & Pereira (2009), o projeto neoliberal para a universidade brasileira é explícito e articula três núcleos básicos, a saber:

(i) em relação ao projeto político pedagógico, operacionaliza a redução das universidades públicas a “escolões de terceiro grau” através da destituição da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, especialmente para as áreas de humanas e ciências sociais aplicadas; (ii) em relação ao financiamento da política de educação superior ocorre o estímulo à privatização interna das instituições públicas e o aumento, tanto da isenção fiscal para os empresários da educação superior, como do número de IES [Instituições de Ensino Superior] privadas e; (iii) em relação ao trabalho docente, evidencia-se um aprofundamento da precarização das condições salariais e de trabalho, estimulado pela lógica produtivista e da competição pelas verbas dos órgãos de fomento. (LIMA & PEREIRA, 2009, p. 36).

Para as autoras supracitadas, a contrarreforma da educação superior conduzida por este governo expressa, pois, uma concepção de universidade limitada ao ensino, fundamentada no desmonte do tripé ensino, pesquisa e extensão, indissociáveis para o bom funcionamento das instituições universitárias, assim como, à subordinação da formação profissional às exigências do mundo do capital, com a precarização do trabalho docente.

Não por acaso, no governo de FHC houve uma grande expansão do ensino privado no país. No ano 2000, o salto quantitativo das instituições de nível superior foi de 78,52%, e aconteceu simultaneamente à decadência do ensino público que fora parte da conquista democrática (ABRAMIDES, 2012).

Outro elemento de destaque no governo FHC foi a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB de 1996, que conduziu um conjunto de medidas alinhadas aos interesses do capital, a exemplo da diversificação das

autora denomina as transformações em curso no âmbito do Estado brasileiro como sendo contrarreformas.

instituições e dos cursos ofertados, assim como das fontes de financiamento destes, aniquilando a gratuidade do ensino. Por conseguinte, a educação passou da condição de direito social e assumiu um caráter de serviço, podendo assim ser ofertado não só pelo Estado. Nesse sentido,

Esta intensa reconfiguração da educação superior brasileira estará fundamentada na contra-reforma (...) através da qual a educação superior passará a ser identificada como uma atividade pública não-estatal, portanto, um serviço prestado por IES públicas e privadas (...). (LIMA & PEREIRA, 2009, p. 35).

De certo, como ressalta TONET (2007, p. 28),

[...] o capital precisa apoderar-se, de modo cada vez mais intenso, de novas áreas para investir. A educação é uma delas. Daí a intensificação do processo de privatização e de transformação desta atividade em uma simples mercadoria

Através da LDB, também foi regulamentado, em 1998, o Ensino a Distância – EAD, através dos Decretos nº 2.494/98 e nº 2.561/98 e pela portaria do Ministério da Educação e Cultura- MEC nº 301/1998. A partir de então, essa nova modalidade de ensino tem conquistado espaço no meio acadêmico e vem ganhando força, expandindo-se também para o âmbito da pós-graduação.

Isto fica claro, especialmente nos governos do Partido dos Trabalhadores- PT (Lula 2003-2010; Dilma 2011-agosto de 2016), que vão dar continuidade à contrarreforma do ensino superior aprofundando significativamente o processo de mercantilização.

Do rol de ações integrativas efetivadas por esses governos, podemos destacar a implementação de parcerias público-privadas, materializadas através do Fundo de Financiamento Estudantil- FIES por meio da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 e o Programa Universidade para Todos- PROUNI, institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, que preconizam o repasse de recursos públicos para as IES privadas propiciando o aumentando quantitativo de vagas⁷, sob

⁷ As estatísticas do Censo da Educação Superior de 2017 demonstram que houve um salto quantitativo no percentual de matrículas na rede privada com algum tipo de financiamento/bolsa – Brasil. De um total de 22,6% no ano de 2009, esse percentual chegou a 46,3% em 2017. Quanto à matrícula na Rede Privada, por Tipo de Financiamento/Bolsa, o FIES ultrapassou a marca de 133.089

a condição de bolsas de estudo (integrais ou parciais) para estudantes que, por algum motivo, não tenham condições de pagar o valor das mensalidades cobradas pelas instituições de ensino particular.

Em contrapartida a essa expansão, o que se encontra por trás do argumento da universalização do acesso ao ensino superior é a estratégia de isenção de impostos por parte do governo às instituições que aderem a esses programas, além de favorecer o sistema bancário com o endividamento dos estudantes por meio do financiamento das bolsas de estudo.

Dessa forma, o ensino superior público, que constitucionalmente deveria ser prioritário na destinação dos gastos públicos, cumprindo sua função social (gratuito, laico, presencial e de qualidade), vem sofrendo um intenso processo de desresponsabilização, sucateamento e precarização. Isso se aprofunda ainda mais após a implantação do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI com o Decreto de nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, que impõe alterações na estrutura acadêmica e no arranjo das universidades públicas.

Segundo as análises de Lima & Pereira (2009, pp. 39-40), os principais objetivos desse programa foram:

(...) aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais; aumentar o número de alunos por professor em cada sala de aula da graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino. Tudo isto no prazo de cinco anos.

Nessa direção, o que se observou a partir da implantação do REUNI foi uma ampliação desenfreada do número vagas nas Universidades Federais⁸, porém sem que acompanhasse, concomitante a isso, a adequação das necessárias condições para o desenvolvimento de uma formação de qualidade com estrutura que comporte

em 2009 para 1.070.460 de matrículas; já o PROUNI, saltou das 337.727 matrículas para 609.434 (INEP, 2018).

⁸ Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2017, houve uma grande evolução no número de matrículas na Rede Federal de Ensino entre os anos de 2007 a 2017. De um quadro de 641.094 números de matrículas, saltou para cerca de mais de 1,1 milhão em 2017. Com relação à diversificação das modalidades dos cursos de graduação, o Censo registrou a evolução da educação à distância na rede federal de 25.552 matrículas em 2007 para 101.395 em 2017. (INEP, 2018)

todo o corpo universitário (discente, docentes e funcionários), e que possibilite o acesso e o desenvolvimento de atividades essenciais. Exemplo disso são salas de aula abarrotadas, déficit no quantitativo de docentes e insuficientes e precários programas de assistência estudantil inviabilizando a permanência de estudantes de baixa renda nas instituições.

Para Lima & Pereira (2009), o Programa REUNI também evidencia, de maneira sucinta, de que forma e com que conteúdo ocorre a expansão do acesso à educação superior. Através desse programa é possível verificar o aligeiramento da formação profissional, por meio dos cursos bacharelados interdisciplinares, cursos de curta duração, ciclos, exame de proficiência, cursos à distância⁹; destaca-se ainda: o aprofundamento da precarização do trabalho docente, como também, coloca em xeque o tripé que conduz a Universidade: pesquisa, ensino e extensão, comprometendo a qualidade de formação, na medida em que a alocação das verbas públicas se condiciona à adesão ao REUNI.

Segundo Chauí (2003), nesse contexto de contrarreforma, a pesquisa se tornou uma mera ferramenta funcional à coleta de dados atendendo às requisições do mercado. Portanto, a Universidade passou de instituição social e assumiu o caráter de organização social, onde:

[...] a pesquisa não é o conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso, mesmo numa organização não há tempo para reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua operação. (CHAUÍ, 2003, p. 7).

A autora ainda ressalta que a universidade se transformou em uma “Universidade Operacional”, regida pela lógica de mercado, pautada no produtivismo e no imediatismo, priorizando, exclusivamente, a quantidade em detrimento da qualidade da formação. Dessa forma, o conhecimento repassado pelos/as docentes se dá, essencialmente, pela transmissão e adestramento dos/as discentes no lugar da formação de um profissional crítico.

⁹ Ainda com base nos resultados do INEP (2018), “em 2007, a modalidade a distância representava 7,0% das matrículas de graduação. Nos últimos 10 anos, a educação a distância vem aumentando sua participação na educação superior. Em 2017, a EaD aumentou 17,6% e já atende mais de 1,7 milhão de alunos, o que representa uma participação de 21,2% dos alunos de graduação no país. A modalidade presencial apresenta o 2º ano de queda no número de matrículas.”

Ressalta-se, ainda, que os desmontes da Política de Educação Superior se intensificaram a partir de meados de 2016, após o golpe parlamentar, judiciário e midiático¹⁰ sofrido pela presidenta Dilma, com abertura de *impeachment*, onde, na ocasião, o vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro- PMDB foi convocado a assumir o cargo da Presidência da República.

Com o argumento de equilibrar os gastos públicos, a contrarreforma da educação superior pública sob a égide do governo Temer, no curso espaço de tempo do seu mandato, propôs medidas drásticas na tentativa de conter a crise do capital. Nas palavras de Abramides (2017, p. 370), Temer “aprofunda e acelera ainda mais a destruição dos direitos sociais e trabalhistas a serviço do grande capital”.

Dentre as mudanças ocorridas, a marca do (des)governo Temer foi a aprovação da Emenda Constitucional- EC nº 95 de 15 de dezembro de 2016, que congelou os gastos públicos, especialmente os investimentos em educação pública, por 20 anos. Ao impor severa restrição nas contas públicas, a EC nº 95 diminui os recursos destinados para as áreas da educação e da saúde, revelando sua estratégia altamente prejudicial às camadas mais populares e dificuldade do acesso às políticas sociais como um todo.

Também no governo Temer, foi possível observar uma forte sintonia entre a pauta da contrarreforma e a agenda política do capital bancário, evidenciada por meio do relatório “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil” lançado pelo Grupo BM, como proposta de redução do “déficit” público brasileiro.

Dentre as prescrições do BM para “sanar” a deficiência no ensino superior público estão: limitar os gastos por aluno aos níveis das universidades mais eficientes; a introdução de tarifas nas universidades federais, assim como, a ampliação do FIES nestas instituições, combinada ao fornecimento de bolsas de estudos gratuitas para os setores mais pobres da população, por meio do PROUNI. Observa-se que a ideia de educação proposta neste relatório tem o propósito de beneficiar, sobretudo, o sistema bancário e o setor privado, alocando recursos públicos para essas esferas.

¹⁰ ANDRÉ, Singer, et. al. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise. São Paulo: Boitempo, 2016 (Tinta vermelha).

Vale ressaltar que, nesse governo, outras medidas que afetaram diretamente a classe trabalhadora em geral, bem como a população mais carente também foram aprovadas e/ou encaminhadas para a aprovação, a exemplo das contrarreformas da previdência (em curso) e trabalhistas (aprovada dia 11 de julho de 2017 sob a Lei nº 13.467) e a já aprovada Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017, sancionada no dia 31 de março de 2017).

Outro destaque do governo Temer são as investidas do movimento Escola sem Partido (ESP), que prevê a proibição de “práticas de doutrinação política e ideológica” pelos professores. Este movimento tem ganhado força e adeptos em âmbito nacional colaborando, inclusive, para a eleição do atual presidente Bolsonaro. A verdade que se encontra oculta no ESP é a disseminação do pensamento dominante conservador, cuja negação se volta, principalmente, para o pensamento crítico.

Chegando à contemporaneidade, o projeto de educação superior que vem se desenvolvendo no Brasil como estratégia de superação da crise capitalista, possui um nítido traço ultraconservador e vem sendo conduzido pelo presidente eleito no ano de 2018, Jair Messias Bolsonaro do Partido Social Liberal- PSL. Apesar do curto tempo de governança (07 meses), é possível perceber que a atual administração constitui-se uma grande ameaça aos direitos sociais e conquistas civilizatórias.

Os ataques às políticas sociais também são constantes, e o maior exemplo disso foi à aprovação em segundo turno da Contrarreforma da Previdência, na Câmara dos Deputados, configurando um verdadeiro desmonte da Seguridade Social, por meio da Proposta de Emenda à Constituição- PEC nº 6/2019, que preconiza “sustentabilidade” e “equilíbrio” às contas fiscais.

Deste cenário contraditório, a educação superior pública não fica imune. O que vem se desenhando no governo Bolsonaro é a intensificação do processo de sucateamento das universidades públicas com a redução de investimentos nos cursos de graduação e pós-graduação e o corte e suspensão de bolsas e incentivo a pesquisas, em especial, aquelas destinadas às Ciências Humanas e Sociais, a partir do desmonte e desaparecimento das agências de financiamento CNPq e CAPES, colocando em xeque, mais uma vez, a formação crítica e a produção de conhecimento.

A mais recente investida desse governo, com relação à política de Educação Superior, diz respeito ao “Programa Future-se” lançado no dia 17 de agosto de 2019,

pelo Ministério da Educação (MEC), configurando-se um grande ataque à autonomia universitária, uma vez que propõe a adequação dessas instituições à lógica mercadológica e estimula a competição, desviando-a de sua finalidade e do compromisso com uma formação de qualidade e socialmente referenciada.

Diante do exposto, percebemos que nos países de economia tardia, a exemplo do Brasil, apesar de se ter uma Constituição Federal que assegura a efetividade da universalização do atendimento, a igualdade e qualidade dos serviços prestados à população, as políticas sociais vêm se operando com características contrárias a tais princípios, uma vez que o Estado tem utilizado os recursos públicos no financiamento da acumulação do capital em detrimento do financiamento da reprodução do trabalho.

Nessa conjuntura perpassada de transformações, encontra-se o Serviço Social que vem sendo fortemente atingido pela lógica mercadológica imprimida à Política de Educação, seja no âmbito da formação e da produção de conhecimento, bem como do exercício profissional,

No próximo tópico discutiremos algumas inflexões da crise capitalista, no Serviço Social, em particular na produção de conhecimento.

2.2 Inflexões da crise capitalista no Serviço Social, particularmente na produção de conhecimento

É inconteste que a sociedade contemporânea vivencia um cenário de profundas transformações societárias oriundas da crise capitalista em curso, a qual atinge todas as esferas da vida. Para Ceolin (2014), os múltiplos processos que compreendem a reestruturação do capital em sua inserção à lógica do mercado mundial, assim como seus impactos no mundo do trabalho e nas relações sociais, determinam modificações na estrutura das profissões e no seu significado social. O Serviço Social brasileiro, em especial, não fica alheio a esse universo.

Enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social sofre grandes influxos em decorrência das estratégias utilizadas para a superação da crise, com interferências tanto no exercício profissional, como também no processo de formação e, sobretudo, na produção de conhecimento.

No que se refere ao exercício profissional, segundo Guerra (2010), as implicações da crise vão estar ligadas à flexibilização como uma forma de precarização do trabalho dos assistentes sociais tanto como segmento da classe trabalhadora, quanto como profissional que atua diretamente no âmbito dos serviços, das políticas e dos direitos sociais.

Segundo a autora supracitada, a precarização do exercício profissional se expressa por meio de suas diferentes dimensões, quais sejam:

desregulamentação do trabalho, mudanças na legislação trabalhista, subcontratação, diferentes formas de contrato e vínculos que se tornam cada vez mais precários e instáveis, terceirização, emprego temporário, informalidade, jornadas de trabalho e salários flexíveis, multifuncionalidade ou polivalência, desespecialização, precariedade dos espaços laborais e dos salários, frágil organização profissional, organização em cooperativas de trabalho e outras formas de assalariamento disfarçado, entre outras. (GUERRA, 2010, p. 719).

Tais características da precarização do trabalho e das relações de emprego na contemporaneidade, as análises de Ceolin (2014), configuram-se como um traço da universalidade particular do modo de produção capitalista, que se manifesta em tempo de crise estrutural da composição técnica e orgânica do capital e de seu padrão de acumulação, as quais limitam o direcionamento ético-político dos assistentes sociais, seja pela burocratização da vida social e/ou pela redução e cortes orçamentários no atendimento às demandas apresentadas na relação com os sujeitos do exercício profissional.

Esta realidade, além de impossibilitar, muitas vezes, a efetividade do exercício profissional em razão do reforço ao tecnicismo e do pragmatismo, que restitui a tendência à hipervalorização dos instrumentos e das técnicas de intervenção profissional (SIMIONATTO, 2009), reflete diretamente nos resultados da ação profissional sobre a vida dos sujeitos usuários das políticas sociais, das quais os assistentes sociais “são executores terminais” (NETTO, 1992).

Quanto às políticas sociais, com o avanço do neoliberalismo no país a partir da década de 1990, há um grande retrocesso, principalmente no que tange ao sistema de proteção social, haja vista a retração do Estado na esfera social, como já fora elucidado no ponto anterior. Como consequência, os direitos sociais são postos em xeque, e o processo de mercantilização ganha força.

Nesse cenário de disputa de direitos entre capital *versus* trabalho, a política de educação superior se destaca com o surgimento de inúmeras instituições de EAD e privadas, refletindo a precarização e a mercantilização da educação no Brasil, onde a lógica quantitativa assume o estatuto central em detrimento da qualidade do ensino. Essa lógica fez com que a educação superior alcançasse o patamar de “mercado de financiamento”, a partir da criação de programas os mais diversos, a exemplo do FIES e do PROUNI. (NETTO, 2016, p. 50).

Isso é possível constatar através das análises realizadas por Pereira (2018, p. 191), sobre as modalidades de ensino no Brasil. As pesquisas realizadas pela autora afirmam que:

se em 2000, as matrículas em cursos presenciais somavam 2.694.245 e aquelas de cursos EaD totalizavam 1.682 (INEP, 2002), em 2015 as matrículas presenciais dobraram para 6.633.545 (crescimento de 146,21%, cursos presenciais), enquanto as de EaD passaram a totalizar o vertiginoso quantitativo de 1.393.752 matrículas, com um crescimento da ordem de 82.762,78% (INEP, 2015). Isto é, ainda que matrículas em cursos de EaD não representem a maioria das matrículas de cursos de graduação no país, em termos absolutos, a tendência é de que, nos próximos anos – permanecendo o crescimento exponencial constatado –, a predominância seja de matrículas em cursos de graduação na modalidade de EaD.

Tais fatos resultaram no aligeiramento da formação profissional, na precarização do ensino superior público, e na conseqüente fragilização dos pilares que compõem a universidade (ensino, pesquisa e extensão) que se choca com os princípios das “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social”, de 1996, com destaque no que diz respeito ao “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade”; e “indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.” (ABEPSS, 1996, pp. 6-7).

Pinto (2007, p.16), analisando a contrarreforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social, assevera que:

Os cursos aligeirados e as apostilas banalizadoras do conhecimento responderão com infundáveis exemplos de situações-problema e possibilidade de intervenção e deslocarão a intervenção cada vez mais para a especialização focalizada e débil de conteúdo crítico. O resultado será o único possível: um retorno ao caráter tecnicista da profissão e um forte desprezo pelas atribuições profissionais relativas à supervisão e à docência.

As consequências disto para o Serviço Social extrapola o nível da formação, acarretando nos sujeitos profissionais uma apreensão e, conseqüentemente, uma intervenção fragmentada e focalizada do real, com reforço a práticas imediatistas, centradas em soluções rápidas, deficitárias de mediações necessárias para a captação dos fenômenos sociais em sua essência.

Outro aspecto a ser destacado nesse contexto diz respeito ao avigoramento do pensamento pós-moderno no meio acadêmico, especialmente, no âmbito da pós-graduação. Nesse momento conjuntural, na esfera do conhecimento, iniciam-se as inflexões desta perspectiva, notadamente em sua versão neoconservadora, que se volta contra os diferentes modelos explicativos da realidade, tendo como foco central, a validade teórica do marxismo e da razão dialética na apreensão do mundo em transformação.

Sob essas circunstâncias, são lançados questionamentos que se dirigem à crítica à razão, afirmada como instrumento de repressão e padronização. É proposta, pois, a superação das utopias e das análises totalizantes (NETTO, 2012).

Simionatto (2009, p. 91) destaca que:

A grande polêmica dirige-se contra o marxismo, entendido, equivocadamente, como um modelo determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais. A 'razão dialética', colocada em xeque, teria se esgotado, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. Ampliou-se, a partir de então, o embate entre modernidade e pós-modernidade, destacando-se a novidade dos chamados 'novos paradigmas' como caminhos analíticos alternativos para se fazer ciência e se conhecer a realidade social.

Na medida em que aponta como ilegítimas e obsoletas as ideias e práticas da perspectiva crítica, o pensamento pós-moderno cumpre uma função ideológica de sustentação e de legitimação do *status quo*, através do conjunto das suas ideias e mecanismos, que tendem a reforçar regras, comportamentos, hábitos e práticas sociais funcionais e necessários à lógica capitalista (JAMENSON, 1996). Diante disto, recupera e fortalece a razão instrumental e a tradição conservadora, reatualizando um passado recente, cuja tendência reforça um determinado tipo de direção do Serviço Social, que se coloca a serviço dos interesses do capital.

No que se refere à produção de conhecimento, especificamente do Serviço Social, depreende-se que, ao passo que o ideário em questão imprime

questionamentos e recusa à razão dialética, de igual forma, acaba por tensionar a direção do projeto profissional, qual seja: a interlocução com o referencial marxiano/marxista e, portanto, a razão crítico-dialética.

Vale destacar que, durante a década de 1980, “sem prejuízos de perspectivas alternativas e correntes, foram os influxos da tradição marxista que deram o tom ao debate profissional”, contribuindo, dessa forma, para maioria intelectual do Serviço Social no Brasil, fornecendo a esta profissão um debate crítico (NETTO, 1996, p. 113), bem como, o seu reconhecimento e validação acadêmica como área de produção de conhecimento (MOTA, 2013) e, sobretudo, a constituição de uma vertente crítica.

Contudo, Santos (2007) assegura que a ideologia pós-moderna não desqualifica integralmente o projeto ético-político, mas disputa com ele a predominância no interior da profissão, apresentando valores como a democracia, a cidadania – expressões do direito burguês (conteúdo reformista), como sendo valores universais, finalidades últimas da ação profissional.

Na mesma trilha de pensamento, Cantalice (2013, p. 128) chama atenção para os impactos dessa ideologia do capital no campo da produção do conhecimento do Serviço Social, que vem conquistando espaço nos programas de pós-graduação que, sendo incorporada, “inaugura novos conflitos no que tange aos valores e concepções consolidados no âmbito do projeto ético-político profissional”. A autora destaca que estes conflitos apontam para um caminho regressivo, “sob a lógica da serialidade, do imediato e da alienação, o que pode ao fim permitir o retrocesso da profissão em termos de projeto e de consciência”.

Diante do exposto, fica claro que, se o contexto atual de desenvolvimento do capitalismo se reconfigurou, apresentando novos (e reatualizando antigos) desafios e possibilidades para o conhecimento, e deste requisitando respostas, é certo que a apreensão das múltiplas determinações desse novo quadro só se torna possível pelo emprego da razão crítica (SIMIONATTO, 2009).

Reiteramos, pois, as palavras de Mota (2013, p. 20) que, neste contexto de barbárie, a pesquisa em geral, e particularmente, a pós-graduação em Serviço Social cumpre um papel decisivo, dado o seu direcionamento acadêmico e não profissionalizante, no sentido de “(...) contrapor-se radicalmente às iniciativas que, sob a égide de respostas às questões presentes no cotidiano profissional, podem

retroceder em busca do aplicado, do eficaz, postando-se como instância formadora para o “trabalho complexo”.

Em face disto, a pós-graduação em Serviço Social, através dos seus Programas, corresponde como espaço estratégico da profissão, tendo em vista ser um solo privilegiado, de acordo com Carvalho e Silva (2005) da pesquisa, da aproximação e reflexão crítica, do desenvolvimento pleno e da produção de conhecimento da área.

Não podemos ignorar, também, que nesse mesmo cenário perpassado de contradições a profissão vem avançando significativamente através de suas entidades representativas, construindo estratégias de resistências no sentido de preservar e ampliar as conquistas da profissão.

Dentre as entidades, podemos citar, como exemplo, o protagonismo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, que vem elaborando ações históricas de resistências, sempre em busca da qualidade da formação no âmbito da graduação e pós-graduação, o fortalecimento da direção social estratégica do projeto ético-político, fomentando pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento e disseminando-o por meio da Revista *Temporalis* e, mais recentemente, registra-se o esforço em organizar a produção da área através da constituição dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs).

De acordo com o estatuto da ABEPSS em seu art. 34, os GTPs configuram-se como órgão de apoio acadêmico-científico, “formados por pesquisadores de temáticas específicas que constituem subáreas ou especialidades de conhecimento do Serviço Social”. Estes grupos são espaços dinâmicos necessários à reflexão teórica, estimulante e efetivo de elaboração, produção e circulação do conhecimento, que reúne pesquisadores para tratarem de temas de relevância social, consistindo em núcleos capazes de disseminar informações sobre temáticas específicas, promover debates sobre os temas de interesse profissional e das forças progressistas da sociedade (ABEPSS, 2008).

Dentre os grupos temáticos, destaca-se o GTP “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”, que tem como ênfase:

(...) tratar as particularidades atribuídas à profissão na divisão sócio-técnica do trabalho, a natureza do Serviço Social, os elementos constitutivos da profissão – trajetória histórica da profissão; as dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnica-

operativa, tanto no âmbito da investigação quanto da formação. (SANTOS, 2018, p. 14)

A autora supracitada ressalta ainda que esse GTP porta grande relevância na produção científica da área, pois se constitui objeto de todos os Grupos Temáticos, a saber: “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, “Movimentos Sociais e Serviço Social”, “Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social”, “Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, “Ética, Direitos Humanos e Serviço Social” e “Serviço Social, Geração e Classes Sociais”.

A criação do GTP em questão “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional” possibilitou a realização do “I Seminário Nacional sobre os Fundamentos do Serviço Social”, realizado em novembro de 2017, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro (RJ), que outrora impulsionou a publicação da coletânea “Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica” publicada pela Editora Papel Social, no ano de 2018, propiciando, assim, a investigação sobre o debate dos Fundamentos enquanto problemática ausente/deficitária na produção da área.

Outras formas de resistências ao cenário de crise capitalista e seus desdobramentos no Serviço Social, dizem respeito à criação do Projeto ABEPSS Itinerante que é uma iniciativa de entidades da categoria profissional, cujo objetivo é o fortalecimento de estratégias político-pedagógicas para o enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior (ABEPSS, 2012); e às Campanhas do CFESS Manifesta que assumem clara postura em defesa dos direitos da classe trabalhadora e denunciam qualquer forma e expressão de retirada desses.

No próximo capítulo faremos uma discussão acerca das tendências do debate sobre os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, destacando as várias concepções sobre a temática no amplo arco da produção de conhecimento da área.

3. OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: tendências atuais destacadas na produção teórica da profissão

Para o desenvolvimento deste capítulo, partimos do entendimento, como já dito anteriormente, de que o conceito de Fundamentos do Serviço Social não goza de consenso entre os diversos autores que tratam do tema, uma vez que há uma polêmica em torno da sua compreensão, bem como, entre os diferentes e divergentes Fundamentos do Serviço Social. (SANTOS, 2018).

A compreensão que perpassa os Fundamentos do Serviço Social, de acordo com Yamamoto (2014), só é possível se informada pela perspectiva da totalidade histórica. Perspectiva esta que se constitui como terreno privilegiado para a apreensão das particularidades do Serviço Social, tanto da sua maneira de intervir, como de pensar, incorporados ao longo de sua trajetória.

Guerra (2004, p.14) confere que o recurso à busca dos fundamentos das coisas, da realidade, e mesmo da profissão, “só tem sentido, em primeiro lugar, quando se opera com uma razão racionalista, historicista e dialética”, recurso este imprescindível para a apreensão da dimensão ontológica do real.

Closs (2015) destaca que um marco significativo da problematização dos Fundamentos do Serviço Social tem como contextualização histórica e teórica o debate travado em torno da revisão das Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social, desde o currículo de 1982 ao atual projeto de formação profissional de 1996.

A discussão em torno dos Fundamentos, segundo Guerra (2018, p. 27), encontra sua gênese na necessidade de superar a “tricotomia história/teoria/método resultante da revisão do projeto de formação dos anos de 1980” e que consagrou a nova direção social expressa nas Diretrizes Curriculares de 1996. Para a autora, é a busca em ultrapassar a separação posta pela tríade supracitada que faz surgir o debate dos Fundamentos Históricos e Teórico-Methodológicos no Serviço Social.

Esse processo coletivo de debate e de definição dos eixos centrais, que fundamentam a formação profissional e explicitam as principais tendências do debate teórico-metodológico sobre a profissão na contemporaneidade, trouxe para a centralidade da formação o exercício profissional, fortalecendo a concepção de que é impensável a dicotomia entre formação e exercício profissional.

Desse modo, Santos (2018) considera a história, a teoria e o método, como constituintes dos Fundamentos do Serviço Social e que se expressam nos “Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional”: Fundamentos da Vida Social, Fundamentos da Realidade Brasileira e Fundamentos do Trabalho Profissional. Núcleos estes, que norteiam as Diretrizes Gerais para os Cursos de Serviço Social de 1996, e na sua articulação, tornam possível compreender os Fundamentos do Serviço Social. Para a citada autora, “a lógica” dos núcleos ancora assim, a concepção dos Fundamentos do Serviço Social.

O primeiro núcleo, “Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social”, de acordo com as Diretrizes Curriculares de 1996, encarrega-se pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica, propiciando os elementos fundamentais da vida social que serão particularizados nos posteriores núcleos. O segundo, que diz respeito aos “Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira”, remete-se ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, levando em consideração a sua configuração dependente e a sua particularidade histórica nacional. Já o “Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional” particulariza a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho, assim como sua prática enquanto concretização de um processo de trabalho que tem como objeto as múltiplas expressões da questão social.

Em conformidade com esse debate, ao analisar os Fundamentos do Serviço Social, Goin (2016) afirma que o eixo condutor centrado na história, teoria e método, também defendido por Santos (2018), permite compreender de que forma a profissão se insere no universo das relações sociais e como se faz reconhecer socialmente, a partir do seu significado, finalidade e direção social. Nas palavras da autora, a compreensão dos Fundamentos da profissão, sob a perspectiva marxista:

(...) expressam relação indissociável entre **história, teoria e método**, uma vez que, para a apreensão das contradições sociais, se passa a entender os sujeitos sociais como agentes históricos, porque, na medida em que transformam a natureza, também transformam a si e fazem história, e que a aproximação ao real, em sua particularidade, suscita ultrapassar a forma aparente, fenomênica, para chegar às minúcias ocultas (método), que tomam nitidez quando subjetivadas (conhecimento e/ou teoria) para uma posterior intervenção (pensada) na realidade social. (GOIN p. 39, grifo nosso).

Para a autora supracitada, compreender os Fundamentos da Profissão não significa reduzir categoricamente o debate travado em torno da temática à discussão acerca da história da profissão, bem como, às direções epistemológicas que até hoje perpassaram em dados períodos históricos. A história, aqui, é apreendida como processo, em seu movimento dialético e não tomada no seu aspecto cronológico, como uma sucessão de fatos no tempo e no espaço.

Sobre este aspecto, Guerra (2018, p. 35) enfatiza:

Há que se ter o cuidado, pois na lógica da periodização pode haver o predomínio do passado sobre o presente na apreensão do Serviço Social. Ao mesmo tempo, priorizar o presente desconsiderando suas mediações com a realidade, estaremos abstraindo a profissão das determinações históricas que lhe dão concretude e daquelas que nos permitem interpretar a(s) cultura(s) que vem sendo gestada(s) na profissão.

Assim, na medida em que a dinâmica da realidade social se traduz pela ação dos homens, o Serviço Social, elementarmente, deve acompanhar a dinâmica do processo social, pois é a partir dele que seu objeto de trabalho e seus processos interventivos se (re) configuram (GOIN, 2016). No que diz respeito à teoria e ao método, a autora ressalta que estes eixos existem enquanto alicerces profissionais, que garantem a defesa de seu significado social e das suas particularidades enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Outras considerações acerca do debate sobre os Fundamentos do Serviço Social podem ser vislumbradas em Yazbek (2009 e 2018) que vêm contribuindo historicamente para o enriquecimento da produção de conhecimento da área, trazendo as tendências contemporâneas, em especial, aquelas voltadas para a abordagem teórico-metodológica dos Fundamentos do Serviço Social e em Closs (2015), cuja inspiração encontra-se nas reflexões da autora supracitada.

Yazbek (2009), em sua análise sobre os principais fundamentos que configuram o processo através do qual o Serviço Social busca explicar e intervir sobre a realidade, definindo sua direção social, ou seja, as principais tendências históricas e teórico-metodológicas da profissão ressalta a exigência do conhecimento do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e produz análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção.

Para a autora supracitada, o processo histórico de constituição das principais matrizes do conhecimento e da ação do Serviço Social brasileiro tem como ponto de partida o movimento de incorporação pela profissão, de ideais e conteúdos doutrinários difundidos pela Igreja Católica em seu processo de institucionalização no Brasil, no qual teve particular importância na estruturação do emergente perfil do Serviço Social. Sobre esse aspecto Yazbek (2018, p. 51-52) destaca:

Essa relação [entre a profissão e o ideário católico] vai imprimir à profissão que se inicia um caráter de apostolado apoiado em uma abordagem da questão social como problema moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivem. A contribuição do Serviço Social nesse momento incidirá sobre valores e comportamentos de seus "clientes" na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes.

Tem-se, assim, a configuração de um conjunto de princípios inspirados na Doutrina Social da Igreja e no ideário frango-belga, cuja ação social e o pensamento se voltam para a filosofia de São Tomás de Aquino, a partir dos referenciais: tomistas e neotomistas. Princípios como: a dignidade da pessoa humana, sua perfectibilidade e o bem comum foram basilares para a formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros.

De certo, a busca em apreender os Fundamentos da profissão exige, como ressalta Iamamoto (2008, p. 240), “realizar a viagem de retorno à profissão”. Esse movimento de volta, segundo Guerra et al (2018, p. 49), busca “ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo para situá-lo no contexto de relações sociais mais amplas que o condicionam e lhe atribuem características particulares”.

Conforme já sinalizado, na bibliografia mais crítica do Serviço Social, a emergência da profissão situa-se no contexto histórico-social e econômico do desenvolvimento capitalista industrial, mais precisamente, na transição do capitalismo concorrencial para a fase do capitalismo monopolista, cuja dinâmica demandou progressiva intervenção da sociedade junto ao Estado nas diversas esferas da vida social.

Essa intervenção se dava no sentido de conter as ameaças ao padrão de sociabilidade burguês, através da formação de quadros técnicos em diversas áreas, capacitados para a disseminação do pensamento dominante/conservador necessário à manutenção do *status quo* (IAMAMOTO & CARVALHO, 1996).

O surgimento da profissão data dos anos de 1930, e “emerge como uma atividade com bases mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista-conservador.” (IAMAMOTO, 2013, p. 223).

Yazbek (2018) afirma ser na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro fundamentou a formulação de seus primeiros objetivos político/sociais, tendo como norte posicionamentos de cunho humanista conservador, contrários aos ideários liberal e marxista, na procura de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja frente à questão social.

A partir dos anos 1940, esse conservadorismo católico que caracterizou a origem do Serviço Social no Brasil, começou a ser tecnicado, sobretudo, segundo a referida autora, ao entrar em contato com o Serviço Social norte-americano e com suas proposições de trabalho permeadas pelo caráter conservador de viés positivista, o qual “restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação”, voltando-se, essencialmente, para ajustes e conservação da ordem estabelecida. (YAZBEK, 2009, p. 168).

Esta perspectiva de cunho positivista, ao invés de produzir rupturas profundas com as tendências pragmatistas da profissão, promoveu o seu reforço e atualização e, ao mesmo tempo em que ofereceu ao profissional um suporte técnico-científico, preservou o caráter de uma profissão “especial”, voltada para os elevados ideais de “serviço ao Homem”. (IAMAMOTO, 2013).

Para Yazbek (2009), um primeiro suporte teórico-metodológico¹¹ fundamental à qualificação técnica de sua prática e à sua modernização vai ser buscado na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser

¹¹ Sobre esse aspecto, Yazbek (2009, p. 167) apud Netto (1984, p. 14) aponta que: “nem o doutrinário, nem o conservadorismo constituem teorias sociais. A doutrina caracteriza-se por ser uma visão de mundo abrangente fundada na fé em dogmas. Constitui-se de um conjunto de princípios e crenças que servem como suporte a um sistema religioso, filosófico, político, entre outros. O conservadorismo como forma de pensamento e experiência prática é resultado de um contra movimento aos avanços da modernidade, e nesse sentido, suas reações são restauradoras e preservadoras, particularmente da ordem capitalista. A teoria social por sua vez constitui conjunto explicativo totalizante, ontológico, e, portanto organicamente vinculado ao pensamento filosófico, acerca do ser social na sociedade burguesa, e a seu processo de constituição e de reprodução. A teoria reproduz conceitualmente o real, é, portanto, construção intelectual que proporciona explicações aproximadas da realidade e, assim sendo, supõe uma forma de autoconstituição, um padrão de elaboração: o método. Neste sentido, cada teoria social é um método de abordar o real. O método é, pois a trajetória teórica, o movimento teórico que se observa na explicação sobre o ser social. É o posicionamento do sujeito que investiga face ao investigado e desta forma é "questão da teoria social e não problema particular desta ou daquela 'disciplina'.”

social. Neste plano, as relações sociais são abordadas como vivências imediatas, como fatos, como dados, que se apresentam em sua imediatez.

Com efeito, o quadro econômico-social do final dos anos 1950 colocava novas demandas de intervenção para a profissão. Esta década marcou o que muitos autores vão chamar de processo de erosão das bases tradicionais do Serviço Social no Brasil. Segundo Netto (2015), as novas condições daquele momento histórico precipitaram um rol de vetores que desenharam um processo de crise, derruindo as bases das formas tradicionais do exercício profissional.

Para Netto (2015), o processo de erosão já vinha acompanhando a profissão, porém o seu desfecho se deu, somente, naquela conjuntura específica com a ditadura civil militar e sua crise. A resultante desse processo heterogêneo e contraditório foi a revisão teórica, metodológica, operativa e política da profissão que possibilitou a construção de questionamentos e respostas profissionais relacionadas à sociedade, sua estrutura e desenvolvimento, bem como ao próprio Serviço Social como profissão.

Nessa trilha argumentativa, o contributo de Netto (2015) é essencial para recuperar a preocupação em refletir sobre os Fundamentos, através da apreensão do chamado processo de renovação profissional que se desenvolveu diferencialmente em três principais direções: Modernização Conservadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.

A primeira direção teve seu auge na segunda metade dos anos 1960 e conformou como linha de desenvolvimento profissional abordagens de cunho funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas, com vistas à modernização conservadora, com enfoque para o desenvolvimento social e enfrentamento da pobreza pelo prisma da integração social. Tais abordagens são incorporadas pela profissão sem maiores críticas e/ou reflexões configurando-se a partir de propostas de trabalho ajustadoras, manipulatórias, cuja base de sustentação encontra-se em um racionalismo formalista, reduzidos a regras formais, técnicas e instrumentos para a intervenção. (YAZBEK, 2018).

A segunda direção, não por acaso, denominada de reatualização do conservadorismo, emergiu em meados dos anos 1970, e expressou claramente uma inspiração fenomenológica, com vistas à compreensão dos fenômenos tal como eles aparecem na realidade, recuperando componentes mais estratificados da herança

histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto) representação e da prática. (NETTO, 2015).

Com relação à terceira direção identificada no processo de renovação do Serviço Social brasileiro, denominada de intenção de ruptura, Netto (2015) destaca que ocorreu na primeira metade dos anos 1980 e, que, ao contrário das anteriores, esta perspectiva manifestou a pretensão de romper seja com a herança teórico-metodológica do pensamento conservador encontrado na tradição positivista, seja com os seus paradigmas de intervenção social (o reformismo conservador). A sua emergência remete explícita ou discretamente à tradição marxista que, pela primeira vez, inscreve-se no universo simbólico dos assistentes sociais brasileiros de maneira significativa (NETTO, 2015).

Contudo, essa aproximação se fez, inicialmente, por meio de deficientes interpretações, dadas as limitações de acesso às obras originais de Marx, revelando um forte ecletismo, sob a influência do positivismo. Para Quiroga (1991, p. 93):

[...] os desdobramentos da contribuição de Marx significaram uma possibilidade não só de enriquecimentos, mas também de distorções e empobrecimento, quando se tornaram produto de influências reducionistas, que minaram algumas leituras que se fizeram de sua obra. Entre essas, lembre-se, encontra-se a influência do Positivismo.

Como podemos observar, apesar do grande avanço teórico-metodológico e ético-político a partir da interlocução com o marxismo, o Serviço Social, a princípio, não conseguiu uma efetiva ruptura com o tradicionalismo, acabando por reforçar a influência da primeira abordagem presente no Movimento de Reconceituação Latino Americano, de cunho conservador.

Superados os problemas iniciais com a matriz marxista, é com este referencial teórico equivocada em um primeiro momento, porém posicionado do ponto de vista sócio-político, que a profissão passou a questionar sua prática institucional, bem como seus objetivos de adaptação social, ao passo que se aproximou continuamente dos movimentos sociais que emergiram do período ditatorial. O marco efetivo desta interlocução com a teoria social de Marx, do ponto de vista teórico-metodológico, pode ser vislumbrado em Yamamoto (1982) na entrada dos anos 1980. (YAZBEK, 2009)

Para, além disso, o Movimento de Reconceituação Latino Americano, segundo Ortiz (2010, p. 170), possibilitou “o surgimento das bases necessárias,

sobre as quais o Serviço Social reuniu condições intelectuais e políticas para protagonizar uma nova relação com as Ciências Sociais, superando a posição de mero depositário de conhecimento”.

A síntese de todo esse processo indica um conjunto de elementos que constroem os Fundamentos do Serviço Social, a saber: a laicização da profissão através do rompimento com os vínculos tradicionais de sua gênese; o rompimento com a pseudoneutralidade que alicerçavam um rol conservador de sociedade e de profissão; assumiu um caráter político em defesa da classe trabalhadora; apropriou-se de uma direção social capaz de apreender o real em sua totalidade, ao mesmo tempo em que definiu o pluralismo como norte da formação profissional, expressando, assim, sua maturidade intelectual.

Foi a partir desse contexto de consolidação de um amadurecimento teórico com a interlocução da tradição marxista que o Serviço Social pôde, segundo Guerra (2010, p. 10):

“(...) não apenas realizar a revisão crítica dos fundamentos conservadores que lhe servem de explicação e orientação teórico-prática, mas, sobretudo, identificar a necessidade de fundar ontologicamente as suas formulações prático-profissionais e teórico-metodológicas”.

Diante do exposto, têm-se as principais concepções que vão configurar o debate acerca dos Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, que perpassam desde a compreensão dos “Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional” expressões da tríade história, a teoria e o método, como o debate sobre as principais matrizes do conhecimento do Serviço Social.

Portanto, fica claro que, embora na literatura da área não haja uma conceituação quanto à concepção dos Fundamentos, pode-se observar que não há divergência nas ideias das referidas autoras.

Reafirmamos que a discussão que perpassa a compreensão dos Fundamentos do Serviço Social brasileiro deve estar ancorada pela perspectiva da totalidade histórica. Perspectiva esta que se constitui como terreno privilegiado para a apreensão das particularidades do Serviço Social, tanto da sua maneira de intervir, como de pensar incorporados ao longo de sua trajetória. (IAMAMOTO, 2014).

Enfim, concordamos com a reflexão de Guerra (2018, p. 42), que “há que se investir em uma agenda de pesquisa para os docentes [e não só], visando o aprofundamento de seus estudos sobre os Fundamentos Histórico e Teórico-

Metodológicos, Éticos-Políticos da vida social e do Serviço Social” a fim de adensar a discussão sobre a temática.

No próximo capítulo, apresentaremos os resultados da pesquisa intitulada “Tendências mais significativas da produção científica do Serviço Social brasileiro acerca dos Fundamentos da profissão na contemporaneidade” que busca identificar as tendências da produção científica da área sobre os Fundamentos da profissão presentes no XV ENPESS.

4. TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO NOS ANAIS DO XV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES AS EM SERVIÇO SOCIAL

O ENPESS se constitui em um relevante evento de pesquisadores da área de Serviço Social, que contribui, dentre outros, para a formação continuada; para a produção científica e técnica da profissão; para a socialização das pesquisas e das experiências profissionais; para o fortalecimento da categoria e para o adensamento da produção do conhecimento e posicionamentos políticos.

É um evento bienal e a sua XV edição, como já referido anteriormente, foi realizada no período de 04 a 09 de dezembro de 2016, no Centro de Convenções de Ribeirão Preto – SP. A escolha da pesquisa pelo ENPESS se deu em virtude da sua relevância dentre a categoria profissional, tendo em visto que o evento constitui-se hoje, “o mais importante evento científico da área” (ABREU, 2018, p. 150) e a opção pela sua XV edição decorreu dos marcos comemorativo dos 20 anos de Diretrizes Curriculares, 70 anos de ABEPSS e 80 anos de Serviço Social no Brasil.

Nessa edição, o Encontro teve como objetivo debater acerca do conjunto de determinações que perpassam a formação profissional frente ao processo de mercantilização do ensino superior brasileiro e os desafios para a reafirmação dos princípios e valores do projeto ético-político profissional. Com base nas Diretrizes Curriculares de 1996, do Código de Ética de 1993 e da Lei de Regulamentação da Profissão foi debatido o protagonismo da organização da categoria que construiu um legado crítico para a formação, a pesquisa e para o trabalho profissional, com ênfase para os 70 anos da ABEPSS e 80 do Serviço Social brasileiro.

O Encontro contou com a presença de assistentes sociais, professores, pesquisadores, estudantes, militantes e demais interessados convidados a contribuir com o debate intelectual e político e com o intercâmbio acadêmico e profissional. Além da densa programação constituída por Colóquios, Conferências, Mesas Redondas, apresentação de trabalhos e lançamentos de livros, contou com atividades culturais, confraternizações e comemoração dos 20 anos das Diretrizes Curriculares, 70 anos da ABEPSS e 80 anos da profissão de Serviço Social no Brasil.

Tomando como substrato de análise o XV ENPESS, as reflexões aqui sistematizadas se remetem aos resultados da pesquisa vinculada ao PIBIC/UEPB/CNPq, realizada na cota 2017/2018, na qual foi possível inferir que na produção científica em evento de pesquisadores da área permanece a tendência já identificada por diversos estudiosos. Ou seja, como já observou Closs (2015) em sua tese de doutorado, a produção que aborda diretamente os Fundamentos da profissão é bastante diminuta.

Os caminhos trilhados para alcançar os objetivos da investigação que ora apresentamos não se deram sem dificuldades. Para definição da amostra utilizamos critérios que nos permitiram uma representação da realidade adequada para os propósitos da investigação. Para tanto, mapeamos nos Anais do XV ENPESS os trabalhos apresentados, utilizando-se a palavra-chave FUNDAMENTOS, tendo sido possível identificar 15 (quinze) dos 1.031 (mil e trinta e um) trabalhos disponíveis no CompactDisc (CD). A partir deste procedimento foi possível perceber que os trabalhos não estavam devidamente identificados por eixo e nível de titulação dos autores/as, não atendendo, assim, os critérios estabelecidos para a definição da amostra, quais sejam: trabalhos orais e de autoria de doutores/as e/ou doutorandos/as, dado o possível aprofundamento teórico necessário à análise crítica da totalidade do real, apresentados no eixo temático Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Por esta razão, foi necessário recorreremos ao relatório elaborado pelo GTP¹²: "Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional", que tem o objetivo de dar visibilidade à produção científica referente ao Eixo "Serviço Social: Fundamento, Formação e Trabalho Profissional" resultado do XV ENPESS.

Apartir da consulta das fontes do GTP foram identificados 62 (sessenta e dois) trabalhos com ênfase no eixo dos Fundamentos, 106 (cento e seis) inscritos no eixo de Formação e 89 (oitenta e nove) submetidos no eixo Trabalho Profissional,

¹² Este relatório de autoria das Professoras Dras. Maria Rosângela Batistoni (UNIFESP/ ABEPSS), Alzira Maria Baptista Lewgoy (UFRGS), Carina Berta Moljo (UFJF), Marina Maciel Abreu (UFMA) e Raquel Raichelis Degenszajn (PUCSP) é constituído de 03 (três) apêndices, quais sejam: O APÊNDICE A- Planilha da sistematização sobre as "Tendências da Produção Científica referente ao Eixo: Serviço Social, Fundamento, Formação e Trabalho Profissionais apresentados ao XV ENPESS: Caracterização das Ênfases, Desafios e Limites". O APÊNDICE B- Lista de Frequência dos 107 participantes do Colóquio do GTP Serviço Social Fundamentos, Formação, Trabalho Profissional do XV ENPESS e o APÊNDICE C- Fotos do Colóquio do GTP Serviço Social Fundamentos, Formação, Trabalho Profissional do XV ENPESS.

somando-se um total de 257 (duzentos e cinquenta e sete) trabalhos do Colóquio do “GTP: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”. Do total de artigos apresentados no eixo de Fundamentos identificamos 52 (cinquenta e dois) na modalidade de comunicação oral coordenados pela Prof.^a Dr.^a Maria Rosângela Batistoni, 06 (seis) evidenciados por meio de pôster e 04 (quatro) mesas temáticas ambos sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Marina Maciel Abreu.

Com base nas análises realizadas foi possível perceber que sobre os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade prevalecem estudos acerca da categoria trabalho compreendida como fonte de toda riqueza social, como categoria fundante do mundo dos homens (MARX, 1978) e ângulo de análise da sociedade e da profissão.

As abordagens presentes sobre a apreensão do trabalho para Marx configuram-se como a base fundamental para a constituição do ser humano em ser social, ultrapassando a condição de dominação por meio da natureza para a condição de agente consciente e racional que utiliza os meios naturais necessários para sua sobrevivência. De tal forma, o trabalho em Marx assume o caráter mediador da relação homem e natureza, pois ao passo em que transforma a natureza, ocorre também a transformação do próprio homem. Marx (2013, p. 255), assinala que “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Esse trabalho, que é uma atividade essencialmente humana, implica uma prévia ideação que norteia a ação a ser efetivada para alcançar um determinado fim pré-estabelecido, e, neste caso, distingue o ser social dos seres animais. Nas palavras de Marx (2013, p. 255-256):

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

A partir dessa concepção, podemos compreender que o trabalho ganha centralidade na vida social, ao passo em que se revela determinante na mediação entre o mundo dos homens e a natureza. Desta forma, é o trabalho que define o modo de viver, de existir e de ser da sociedade, assim como das profissões, a exemplo do Serviço Social, que se caracteriza como uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, por ser uma atividade majoritariamente interventiva.

Outro elemento identificado a partir das análises realizadas foi a relação existente entre o Serviço Social e o método crítico dialético, ou seja, os estudos versam sobre a pertinência da adoção do método crítico, inclusive no que se refere à direção social que imprime às reflexões críticas por ele subsidiadas, corroborando com os princípios orientadores da profissão.

É a tradição marxista que permite a compreensão das próprias “bases histórico-ontológicas que fundam a profissão” (GUERRA, 2004, p. 26), que consistem na apreensão da forma de ser do Serviço Social na realidade, ultrapassando suas expressões imediatas e aparentes ou mesmo explicações endógenas, para alcançar, a partir do recurso à totalidade e à história, a apreensão do seu significado social e da sua funcionalidade. Assim, o recurso à busca dos fundamentos das coisas, da realidade, e mesmo da profissão, como já dito anteriormente, “só tem sentido, em primeiro lugar, quando se opera como uma razão racionalista, historicista e dialética” (GUERRA, 2004, p. 14), recurso este imprescindível para apreensão da dimensão ontológica do real.

Os estudos sobre a produção do conhecimento acerca dos Fundamentos do Serviço Social apresentaram também um significativo enfoque conferido ao tema do projeto ético-político profissional, em particular acerca das possibilidades de seu fortalecimento. Observamos, por exemplo, o debate sobre a atualidade do referido projeto profissional, visto que, como dito anteriormente, a sociabilidade burguesa, em especial o Estado, atravessa um contexto de profunda crise em decorrência da racionalidade capitalista em sua fase imperialista, impactando diretamente as profissões e, conseqüentemente, os projetos profissionais.

Sobre o esse aspecto, Mota (2017, p. 50) destaca:

Podemos dizer, sim, que esse projeto é uma ideologia afirmativa do nosso *ethos profissional* e que, sob determinadas condições, pode ser tencionado, negado ou revisado — mas sua reafirmação e definição se tornam

fundamentais para tecer a unidade do enfrentamento ao projeto político dominante, neste momento de regressão de direitos sociais, políticos e civis, no cenário dos retrocessos golpista, neoliberal, conservador e moralista que imperam no país.

Verificamos na unanimidade dos artigos a afirmação da pertinência do método crítico dialético para o Serviço Social, *enquanto matriz explicativa da realidade* e apreendido como sendo o mais adequado para atender aos interesses teóricos, metodológicos, éticos e políticos da profissão. Ou seja, que é o mais pertinente para orientar as análises/estudos dos autores dentro do Eixo “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”.

Desse modo, os artigos que tratam diretamente do tema discutem o Serviço Social e o marxismo sempre a partir da sua inserção no capitalismo monopolista, fato este considerado positivo, dado que a apropriação ontológica da vertente crítico dialética é algo bastante recente, datando de meados dos anos 1990 e seu significado pode ser considerado como um salto qualitativo nas aproximações sucessivas entre o Serviço Social e a tradição marxista, tendo em vista que permitiu a explicitação de questões fundantes na efetivação da ruptura com o tradicionalismo.

Sobre os Fundamentos do Serviço Social, particularmente, dos 08 (oito) artigos analisados e que atenderam aos critérios da investigação 03 (três) tratam das matrizes teóricas do conhecimento que o Serviço Social se apropriou ao longo da história, com destaque para o marxismo, estando em conformidade com o debate dos Fundamentos realizado pelos autores já apresentados.

Em suma, foi possível observar que, apesar de todos os esforços para que os artigos analisados fossem retirados exclusivamente do eixo temático: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional percebe-se que o foco das discussões travadas nessa produção não prioriza o debate sobre a tricotomia método, história e teoria, como recomenda as Diretrizes Curriculares de 1996.

No que se refere às tendências sobre os Fundamentos do Serviço Social na produção científica em estudo podemos destacar a parca produção que aborda diretamente os Fundamentos da profissão na contemporaneidade, a ênfase conferida ao projeto ético-político profissional, principalmente acerca das suas possibilidades na atual conjuntura, bem como a prevalência de análises fundamentadas na perspectiva de totalidade.

Considerando que existe uma diminuta produção científica sobre a temática, a pesquisa tornou-se relevante, pois trouxe à tona a necessidade de mais estudos referentes ao tema na atualidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões até aqui realizadas, podemos ressaltar que analisar na produção científica do Serviço Social brasileiro as tendências mais significativas sobre os Fundamentos da profissão na contemporaneidade, não foi uma tarefa fácil ou simples. O processo de apreensão do fenômeno em questão demandou incansáveis e sucessivas aproximações, tendo em vista a sua abstração para o plano concreto, afastando suposições simplificadoras nos estágios da investigação.

Essa dificuldade, ao contrário do que se pensa, não tornou a pesquisa menos prazerosa, muito pelo contrário, transformou o caminho investigativo ainda mais instigante. De certo, o processo de aproximações sucessivas e a produção de conhecimento até chegar aos resultados obtidos e apresentados nesta monografia, assim como, a participação em duas cotas como bolsista do PIBIC, os debates no GETRAPS, a participação em eventos científicos favoreceram uma aproximação qualificada sobre o objeto de estudo, o que não elimina a necessidade de mais estudos e aprofundamentos, tendo em vista a própria dinâmica da realidade.

Nesse sentido, a apreensão dos Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, segundo Yazbek (2009), exige a compreensão do processo histórico de constituição das principais matrizes de conhecimento do social, do movimento histórico da sociedade capitalista brasileira e do processo pelo qual o Serviço Social incorpora e elabora análises sobre a realidade em que se insere e explica sua própria intervenção.

Na nossa trajetória enquanto pesquisadoras/es identificamos que as produções de referência para o estudo dos Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade são parcas, embora sejam consistentes. Contudo, se comparadas às resultantes de pesquisas sobre as políticas públicas, notadamente as políticas sociais são, consideravelmente, em termos quantitativos, inexpressivas¹³.

¹³ Dado também constatado a partir das análises dos GTPSS no ano de 2016 em relação à concepção de profissão e seus fundamentos. Sobre esse aspecto, os GTPSS registraram: “são ainda poucos os que abordam o serviço social como objeto de problematização numa perspectiva de totalidade de seus fundamentos históricos teórico-metodológicos, ético-políticos” e ainda, que foi possível destacar que as concepções sobre a natureza do serviço social e a problematização acerca

Em conformidade com os achados da pesquisa em foco, podemos ressaltar que sobre os Fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade, prevalecem estudos acerca do trabalho enquanto categoria fundante do ser social; sobre a relação existente entre o Serviço Social e o método crítico dialético, ou seja, as análises são fundamentadas pela perspectiva da totalidade histórica; sobre a produção do conhecimento acerca dos fundamentos do Serviço Social, bem como, um significativo enfoque conferido ao tema do projeto ético-político profissional enquanto direção social estratégica da profissão, em particular acerca das possibilidades de seu fortalecimento.

Portanto, os resultados sistematizados neste trabalho de conclusão de curso, sugerem que as tendências mais significativas da produção científica do Serviço Social brasileiro acerca dos Fundamentos da profissão na contemporaneidade são de uma parca produção que aborda diretamente os Fundamentos da profissão na contemporaneidade, o que pode corroborar as análises de Iamamoto (2007, p. 213-214), quando afirma que:

a análise do processamento do trabalho do assistente social não adquiriu centralidade e nem foi totalizada nas suas múltiplas determinações, estabelecendo-se uma **frágil associação entre os fundamentos do Serviço Social e o trabalho profissional cotidiano**, uma vez que este abrange um conjunto de mediações que não foram alvo privilegiado da referida produção. (grifo nosso).

Desse modo, reiteramos a relevância acadêmica e social de produções desta natureza, dado o papel decisivo que assume na produção científica sobre os Fundamentos da profissão na contemporaneidade e na instrumentalização do assistente social para a construção de projetos de intervenção e para a intervenção propriamente dita. Portanto, condição necessária para fundamentar uma intervenção profissional conectada com os interesses dos segmentos majoritários da sociedade e, assim, fortalecer o projeto profissional de ruptura com a herança conservadora e confessional da profissão.

Acreditamos que os desfechos aqui compilados poderão oferecer subsídios capazes de adensar o debate sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade e instigar o interesse de pesquisadores sobre futuros estudos

sobre o tema, na medida em que poderá se constituir numa aproximação qualificada ao objeto de estudo, possibilitando dar visibilidade a importância de pesquisas e debates em torno desta temática na contemporaneidade e subsidiar estratégias coletivas de fortalecimento profissional com direção política, ética e teórica condizente com o projeto ético-político profissional. Como ressalta Iamamoto (2007, p. 240), devemos, pois, “[...] realizar a viagem de retorno à profissão [...]”.

Enfim, o nosso propósito não foi esgotar as problematizações sobre a temática, mas, sim, desvendar as tendências mais significativas sobre o debate dos Fundamentos da profissão. Concordamos com aqueles que defendem a ideia de que este tema constitui-se como um fecundo campo aberto às investigações, na medida em que ainda há muito que se explorar sobre os Fundamentos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro. Rio de Janeiro, 1996.
- ABEPSS. **Estatuto da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. 2018 (aprovado na Assembleia Geral realizada em São Luís/MA, 05 de dezembro de 2008).
- ABRAMIDES, M. B. As contrarreformas do ensino superior e a luta pela educação de qualidade. *In: Serviço Social e Saúde*, v. 11, nº. 1. Campinas, SP:, 2012, p. 7-26
- ABRAMIDES, M. B. Lutas sociais e desafios da classe trabalhadora: reafirmar o projeto profissional do serviço social brasileiro, nº. 129. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo: Cortez, 2017, p. 366-386.
- ABREU, M. M. O grupo temático de pesquisa “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional” no âmbito da ABEPSS — determinações, trajetória e função político-acadêmico-científica. *In: GUERRA, Y. et. al. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 149-173.
- ALVES, G. **O Novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses do mundo do trabalho. São Paulo, 1998.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**: destruturação do Estado e perda de direitos, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R., & BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história, 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 2.
- CANTALICE, L. B. de O. As incidências pós-modernas na produção do conhecimento em Serviço Social. **Tese** (Doutorado em Serviço Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013, 245 f.
- CEOLIN, G. F. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, nº. 118. São Paulo: Cortez, 2014, p. 239-264.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *In: Rev. Bras. Educ.*, nº. 24. Rio de Janeiro: ANPEd, 2003, p. 5-15, Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 04 jul. 2019.
- CLOSS, T. T. Fundamentos do Serviço Social: um estudo a partir da produção da área. **Tese** (Doutorado). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015, 253 f.

GOIN, M. Fundamentos do serviço social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba. **Tese** (Doutorado). Escola de Humanidades, Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2016, 216 f.

GUERRA, Y. O propósito da instrumentalidade do Serviço Social. **Debates Sociais**, nº 63/64. Brasília: CBCISS, 2004, p. 109-124.

GUERRA, Y. O potencial da pesquisa sobre os fundamentos do Serviço Social. **COLÓQUIO: Trabalho na sociedade contemporânea e o trabalho do assistente social**. Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social (RETAS). Maceió - AL, 2010. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B2-zBHhnHGVbMDAyYTliNzUtOGFjNC00Zjc0LWJIMjMtZml1ZjhmZWQwOTU1/view?hl=pt_BR. Acesso em: 19/11/2018.

GUERRA, Y. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *In: Serv. Soc. Soc.*, n.º 104. São Paulo: Cortez, 2010, p. 715-736.

GUERRA, Y. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. *In: GUERRA, Y. et. al. Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018, p. 25-46.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos, 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2013,.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, 2014, n. 120.

IAMAMOTO, M. V., & CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica, 11ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

INEP. **Censo da Educação Superior 2017**. Brasília, DF: Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 17/08/2019.

JAMENSON, F. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LARA, R. A produção do conhecimento em Serviço Social : o mundo do trabalho em debate. **Tese** (Doutorado). Franca: UNESP, 2008, 281 f.

LIMA, K. R. de S.; PEREIRA, L. D. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. *In: **Sociedade em Debate***, v. 15, nº 1. Pelotas: UCPel, 2009, 31-50.

LIMA, D. G. de. O ensino superior no contexto de contrarreforma do estado brasileiro. *In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas***. São Luís: UFMA, 2017, p. 1-11.

MANDEL, E. **As crises do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MÉZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo/Unicamp, 2002.

MOTA, A. E. Prefácio. *In: D. B. CARVALHO, & M. O. SILVA E SILVA. **Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil***. São Paulo: Cortez, 2005, pp. 11-16.

MOTA, A. E. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *In: **Revista Katálysis***. Florianópolis: UFSC, 2013, p. 17-38. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S141449802013000300003>. Acesso em: 06 jul 2019.

NETTO, J. P. O serviço social e a tradição marxista. *In: **Serviço Social e Sociedade***, nº. 30. São Paulo: Cortez Editora, 1989, p. 89-102.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez Editora (Coleção Questões da Nossa Época), nº 20, 1992.

NETTO, J. P. Transformações societária e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *In: **Revista Serviço Social e Sociedade***, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. *In: **Serviço Social e Sociedade***, nº 111. São Paulo: Cortez, 2012, p. 413-429.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64, 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. *In*: SILVA, M. L. de O. (org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016, p.49 – 76.

NETTO, J. P., & BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

ORTIZ, F. G. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PEREIRA, L. D. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. *In*: **Revista Katálysis**, v. 21, n.º 1. Florianópolis: UFSC, 2018, p. 189-199.

PINTO, M. B. A contrarreforma do ensino superior e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social. **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, n.º 6, 2007, ano 3, p. 1-19.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, ed. 49, 2008.

QUIROGA, C. **Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, C. M. Prefácio. *In*: GUERRA. et. al., **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018, p. 11-18.

SANTOS, J. S. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez (Coleção Questões da Nossa Época), 2007, v. 132.

SANTOS, J. S. Particularidades da “Questão Social” no Brasil: elementos para o debat. *In*: **Temas & Matizes**, v. 9, nº 17. Paraná: Unioest, 2010, p. 125-150.

SILVA, J. F. **Serviço social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 98-122.

TONET, I. **Educação contra o capital**. Maceió-AL: EDUFAL, 2007.

WANDERLEY, M. B.; SANT’ANA, R. S.; MARTINELLI, M. L. Os desafios do atual contexto: um diálogo a partir da seguridade. *In*: **Serv. Soc. Soc.**, nº. 135. São Paulo: Cortez Editora, 2019, p. 207-212. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282019000200207&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 jul. 2019.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. *In*: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 143-163.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos e as tendências contemporâneas do Serviço Social. *In*: GUERRA. et. al., **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas: Papel Social, 2018, p. 47-84.